

PAPÉIS DA PRISÃO

APONTAMENTOS, DIÁRIO, CORRESPONDÊNCIA
(1962-1971)

JOSÉ LUANDINO VIEIRA

PAPÉIS DA PRISÃO

APONTAMENTOS, DIÁRIO, CORRESPONDÊNCIA
(1962-1971)

ORGANIZAÇÃO

Margarida Calafate Ribeiro | Mónica V. Silva | Roberto Vecchi

CAMINHO

Título: Papéis da Prisão – apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)
Autor: José Luandino Vieira
© Editorial Caminho – 2015
Capa: Helena Soares Rebelo
Fotografia da capa: Nuno Simão Gonçalves

Organização: Margarida Calafate Ribeiro
Mónica V. Silva
Roberto Vecchi

Coordenação Científica: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian

Pré-impressão: LeYa, SA
Impressão e acabamento: Multitipo
1.ª reimpressão
Tiragem: 500 exemplares
Data de impressão: Março de 2016
Depósito legal n.º 407 043/16
ISBN: 978-972-21-2781-3

Editorial Caminho, SA
Uma editora do Grupo Leya
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
www.caminho.leya.com
www.leya.com

In memoriam
Linda

(1941-2007)

Espalhados por inúmeras páginas de cartas, diários e apontamentos por organizar, haverá, certamente, relatos mais ou menos circunstanciados do que sucedeu nesse dia 20 de Novembro de 1961 depois que cheguei ao Café Rialva, na Duque d'Ávila, Lisboa e após o almoço na cantina da Casa dos Estudantes do Império, me dirigi à sede da PIDE, de onde já não sairia.

Deixara Linda e o nosso filho de quatro meses, Xexe, naquele café, partilhados pelos amigos entre fumo e risos e, apanhando o autocarro para o Rossio, subindo depois, a pé, o Chiado, dirigi-me à famigerada António Maria Cardoso.

Semanas antes havia apresentado um requerimento ao Ministro do Interior Português (já depois de ter sido impedido de viajar com passaporte que, entretanto, me havia sido concedido) para o levantamento da interdição de sair de Portugal para Londres onde era esperado pela empresa que me empregava em Angola. Nessa tarde dirigi-me, então, à António Maria Cardoso, na convicção de ser esse o motivo – como depois me confirmaram que era sim mas que...

Uma referência a esse facto está, por exemplo, no caderno 15 dos apontamentos do ano de 1967:

20-3[-1967] - [...(4) Mais um mês desde aquele dia que subi o Chiado e meti à A. Maria Cardoso. À esquina encontrei o Henrique Abranches – e, lá dentro, em certo momento estive para me vir embora e voltar no dia seguinte. Para quê lembrar idiotices? ...]

Ao chegar preso a Luanda, em 25 de Novembro, percebi imediatamente que tinha a vida hipotecada por vários anos. Seria necessário que a memória, daí em diante, a substituísse – por isso aqui se inclui o que já recuperei: um exemplo dos calendários fabricados que sempre mantive; um excerto da primeira carta escrita da prisão; e a capa dos «papéis» a escrever logo que criadas as necessárias condi-

José Luandino Vieira

ções para a sua movimentação clandestina. E procuro ainda cerca de meia centena de cartas anteriores aos «papéis».

Do Aljube, em Lisboa, ao Campo de Trabalho no Tarrafal, passando por todas as cadeias disponíveis na nossa terra de Luanda, palmilhei doze anos da estrada da minha vida. Hoje, continuando essa caminhada, vou carregando o que dela está em mim e nos escritos que fui produzindo. Aqui estou e se publicam.

José Luandino Vieira
Novembro de 2015

	1961 - NOV / DEZEMBRO							JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO																					
DOM																																											
SEG																																											
TER																																											
QUA																																											
QUI																																											
SEX																																											
SAB																																											

	ABRIL							MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO																							
DOM																																																				
SEG																																																				
TER																																																				
QUA																																																				
QUI																																																				
SEX																																																				
SAB																																																				

Mauá, 25/4/61 - Sábado

Querido K:

Gostaria de te agradecer, e mais ainda de amor que te falares de sempre e sempre dos peixes euras que são a vida de Mauá. Mas não fiques apenas à realidade de Mauá sempre pois a vida é diferente e precisa ser para a realidade quando se fala de Mauá. Anuncia os cursos para vir no próximo que tá sendo ótimo. No ponto de vista de alguns licenciados que te ajudaram a organizar os cursos. Depois é mais tarde pois há que se fazer: porque fiquemos, vamos acabar amanhã, mais tarde quando: amanhã vamos

Beleza muito a uma festa, e depois que usamos o milho quando K e sei mais tarde de muitos anos. Por isso vou acabar assim mesmo. A roupa de antes mudou sem perceber, tri-casual: um tênis, uma camisa, e depois o passado. Outra coisa a não esquecer, não se esqueça de fazer o seu que não tem mais e não se esqueça de tudo. Bem, o futuro não me preocupa e não me preocupa e não me preocupa, e não me preocupa, e não me preocupa, e não me preocupa, e não me preocupa.

l.v

...ontem,
hoje,
amanhã...

esquece-me

...esquece-me

...esquece-me

...esquece-me

...esquece-me

...esquece-me

...esquece-me

PAPÉIS CRÍTICOS AVULSOS

Em kimbundu «não esquece» diz-se: kujimbé!
(22.6.63)

Precariedade

Os *Papéis* de Luandino dispensam uma apresentação crítica. Eles próprios, em si, põem em discussão o papel precário da crítica. E questionam também a escrita literária. Por que razão refletir sobre o texto quando a trama de vida, que este subentende, é tão espessa e densa e, ao mesmo tempo, tão fragmentária e cortante? Podemos pensar em tudo o que foi escrito sobre experiência e escrita na modernidade para entendermos que, perante a exemplaridade e a força dos textos que Luandino nos entrega, qualquer teoria soa a falso e impõe uma reavaliação proporcional ao caso que apresenta. Neste sentido, e no extremo, os *Papéis* de Luandino podem ser lidos inclusive fora de uma lógica linear ou cronológica. A força que os caracteriza cabe na anotação rápida aparente, no espaço fugaz da escrita imediata, na voz que emerge - no corpo que se expõe - das poucas palavras de uma escrita minúscula e sincopada, de imediato e a rigor, sem um leitor implicado. Mas é desta precariedade que surge o seu imenso e inesperado vigor. Estamos perante um registo – anómalo quanto quisermos – da infinita memória da dor que se acumulou ao longo do século XX. Humano quando o humano é posto dramaticamente em questão, os murmúrios e os cacos das imagens que afloram do vórtice da experiência única e exemplar que se afirma nestes *Papéis* levam-nos a uma interrogação radical do papel avulso, não só da crítica, mas também de qualquer leitura normativa ou supostamente homogénea.

A melhor forma de apresentar estes *Papéis*, fora de qualquer monólogo impróprio e pretensioso, é – parece-nos – colar também

outros papéis assistemáticos e avulsos que procuram, pelo inacabado e pelo precário, uma sintonia discreta com o livro magnífico a que se justapõem. Porque é disso que se trata: de um grande e dolorido livro escrito na contracorrente da história no espaço de exceção da cela e do campo. A Luandino, estes outros fragmentos. Um limiar impróprio de leitura possível entre os muitos caminhos que se abrem.

Fragmento

A forma predominante dos *Papéis* é a do fragmento. Forma que ainda não dissolve os limiares com o informe e o opaco da experiência, mas que se institui como peculiar no contexto do cárcere: as escritas do cárcere são, por contingência, marcadas pelo fragmentário. Se a condição biográfica da detenção contribui para definir esta forma predominante, que se afirma pela incompletude ou pela insuficiência, sabemos também que, numa linha da modernidade que podemos reconhecer desde o Romantismo, os fragmentos não atuam isoladamente mas recompõem-se dentro do projeto que os contém.

No caso de Luandino, numa escrita inesgotável e multiforme, articulada em mais de uma década de prisão, a dialética entre fragmento e projeto é fundadora de uma pluralidade de outras formas e géneros. Detetam-se laivos de diários, estilhaços autobiográficos, esboços de romance, ecos de cartas, tons confessionais, rastros de poemas, canções, anedotas, ensaios. Nenhum fragmento é suficiente para preencher um modelo, mas a sua acumulação produz uma espessa impressão de história efetiva, que escapa das malhas da História e remete para o ato, sempre instável e problemático, do testemunho.

Pela sua origem (do latim *frangere*) o fragmento remete para o resultado caótico de uma rutura, de uma libertação de formas. É um material cortante porque os seus ângulos são irregulares, mas parecem alinhar-se com a imperfeição do mundo. No limite, o fragmento é o pedaço que resta do cárcere ou do campo. O meio para acabar. Ou o meio para resistir. O fragmento é também o material mais próximo do silêncio, aquele que se coloca em comunicação com ele; o fragmento é a ponta emergente do que resta fora da cena e que, de outro modo, ficaria sem representação: «Hoje não escrevo mais, estou mto. triste e nem sei escrever...» (10.3.1963). O fragmento é também o resultado da alteração radical do contexto desfavorável à escrita e que, apesar disto, resiste, como uma prática obstinada: «tu sabes que, se eu começar a escrever não posso guardar o que escrevi, tu sabes com essas

prisões no sul, posso ser chamado a PIDE de um momento para o outro e assim com tantas porcarias; passo a escrever» (12.5.1963, carta de Ndjangaladi). Os fragmentos são a forma contrária às regras, são gestos únicos e insistentes contra o silenciado e a ameaça constante da perda e do recalçamento. Os fragmentos constituem, assim, uma coleção de pedaços que cortam, e vivem da sequência múltipla em que se encaixam. Emerções do passado. Espaços de uma possível salvação. Como hoje, aqui, se apresentam.

Contexto e ideias

Em Angola, a partir do final dos anos 40, princípio dos anos 50, vários movimentos urbanos, mais ou menos dispersos, que congregavam nacionalistas angolanos brancos, negros e mestiços e portugueses progressistas, em suma, cidadãos ligados a associações culturais e desportivas ou a bairros de habitação específicos – como por exemplo, o Bairro Operário, Makulusu e alguns musseques de Luanda – começavam, através de várias formas, a inscrever, nas suas ações, nos seus textos, nas suas conversas e na expressão dos seus desejos a diferença cultural que a prazo iria reclamar a independência política. Tratava-se de intelectuais como Viriato da Cruz, Agostinho Neto e muitos outros nomes ligados ao movimento «Vamos Descobrir Angola», à Sociedade Cultural de Angola e seu jornal *Cultura*, ao Cineclube de Luanda e, mais tarde, alguns jornais, como o jornal *ABC*, o *Jornal de Angola*, ligado à Associação de Naturais de Angola. Nestes periódicos, apareciam contos de Óscar Ribas, poemas de António Jacinto ou contos e desenhos de José Luandino Vieira entre outros. Eram textos que falavam de um mundo que ia para além do mundo colonial. Falavam de uma cidade mestiça, dos musseques e das suas gentes de trabalho e desenhavam um mapa da cidade que denunciava a desigualdade em que assentava a ordem colonial e lançavam no ar um movimento de esperança por uma nova ordem consentânea com a onda de libertação que se vivia no mundo pós-Segunda Guerra Mundial.

O que unia afinal estes filhos da terra, os portugueses progressistas e outros intelectuais e trabalhadores? Era de facto uma mistura de desejos, de ansiedades e de origens que projetava um mundo diferente, aberto ao diálogo e à expressão artística.

O que os unia afinal era a consciência de ser angolano e a necessidade de o afirmar num ambiente hostil à diferença e altamente penalizador de quem a ousasse exprimir. Na sequência do

chamado «Processo dos 50», em que muitos destes escritores, intelectuais ou políticos foram presos e condenados por as suas expressões colocarem em perigo a unidade da nação portuguesa entendida pelo regime como inseparável das suas colónias, segue-se uma onda de repressão pela Polícia Política estimulada não apenas por estes movimentos dissidentes internos, nativistas e nacionalistas, mas também pela pressão externa de que a ditadura portuguesa era alvo, nomeadamente por organismos internacionais, como a ONU. A pressão era para que Portugal descolonizasse os territórios sob sua administração. Reelaboraões da Constituição Portuguesa asseguraram uma cosmética mudança, que nada mudava na essência, e os «ventos da história» que iam soprando no sentido da emancipação dos povos chegaram às antigas colónias portuguesas, obedecendo portanto a esta dimensão internacional de libertação e a uma lógica regional do continente que, entre o pan-arabismo, mais a norte, e o pan-africanismo, mais a sul, afirmava seguros passos políticos rumo às independências.

É, pois, neste ambiente de efervescência nacionalista, por um lado, e de clandestinidade, por outro, imposta pela falta de liberdade inerente a um regime ditatorial, que José Luandino Vieira cresce política e literariamente. Na verdade, o projeto literário e político de José Luandino Vieira já estava em marcha antes da prisão e, portanto, em situação de clandestinidade, como é visível na sua primeira novela, *Cidade de Infância*, e em *A Verdadeira Vida de Domingos Xavier*, escrito, nas palavras de José Luandino Vieira, em «liberdade vigiada», ou seja, em clandestinidade e já com a ideia de que nunca poderia ser publicado e de que deveria ser enviado para fora, como foi, para que, mais tarde, Mário Pinto de Andrade traduzisse a obra para a *Présence Africaine*. Posteriormente, em situação de prisão, o projeto político e literário vai-se adaptar às condições do cárcere e usufruir das vivências e experiências aí tidas, mas não muda substancialmente na sua essência política: adapta-se, desenvolve-se e, sobretudo, afirma-se definitivamente na literatura angolana e no cenário político.

Arame farpado

José Luandino Vieira foi preso logo no início das lutas pela independência, primeiro ainda em 59 e, depois, em 1961, tendo sido acusado, de acordo com o artigo 141º, nº1, do Código Penal de 1961,

de ser um elemento perigoso para a segurança externa e «intentar, por meio violento ou fraudulento, separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro todo ou parte do território português.» A condenação foi de 14 anos de prisão, sendo de 1961 a 1964 cumprida a pena em várias cadeias na cidade de Luanda. Em 1964, foi enviado para o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal, Cabo Verde, onde permaneceu até 1972, sendo posteriormente transferido para Lisboa, em regime de residência fixa, até 1974.

Nos *Papéis* de Luandino há, portanto, uma linha de corte muito evidente: uma primeira parte que se refere ao período das prisões de Luanda onde tanto a vida como a escrita assumem feições próprias, que se integram no quadro de relações políticas e familiares muito intensas: a escrita como uma película sensível regista de modo muito preciso esta primeira fase; uma segunda fase que surge em 1964 com a chegada ao campo do Chão Bom, Tarrafal.

Os *Papéis* de Luandino tornam-se um sismógrafo excepcional para rastrear os espaços de detenção e confinamento construídos pelo colonialismo português nos estertores da sua existência, perante a luta crescente dos movimentos de independência africanos em várias frentes: na clandestinidade, nas prisões, na guerrilha.

Frágeis folhas

Durante os 12 anos de cárcere efetivo, José Luandino Vieira coligiu um acervo considerável que agora publicamos, graças ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e à investigação realizada no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, sempre em estreita colaboração com o autor.

O processo de escrita destes *Papéis* tem como termos cronológicos e fronteiras espaciais a entrada do escritor no Pavilhão Prisional da PIDE de São Paulo de Luanda (1961) e a sua saída do Tarrafal (1972). A materialidade destes cadernos é composta por aproximadamente 2000 frágeis folhas manuscritas onde José Luandino Vieira anotou a sua visão do cárcere como observatório excepcional da nação angolana, manifestou os seus projetos políticos e literários, evidenciou o projeto comunitário de Angola como o veículo da união e resistência coletiva e expressou as angústias e sonhos pessoais.

Os cadernos estão datados e apresentam um assinalável valor humano, literário e político no que diz respeito às lutas de libertação,

à nação angolana, ao projeto literário de José Luandino Vieira, a questões de história e literatura angolana. Para além dos textos dos diários, há desenhos do autor, anexos corroborativos e/ou documentais sob as formas de correspondência, documentos jornalísticos, bilhetes entre presos, projetos e esboços de livros, projetos de correspondências linguísticas entre o português e o quimbundo e recolha de cancioneros populares, conforme pode ser visto neste volume e como aliás o título descreve e ilumina - *Papéis da Prisão – apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*.

Cárcere

No pensamento contemporâneo, é ponto assente de reflexão crítica que o cárcere é o lugar por excelência onde o poder se manifesta nu, sem máscaras, nas suas dimensões extremas, e se justifica como poder moral (Foucault). Na trama da escrita fragmentária de Luandino, esta condição adquire uma materialidade impressionante. A passagem pelas prisões de Luanda que se condensa nas páginas da primeira parte do livro, até à saída para o longo confinamento no Tarrafal, não só descreve, por dentro, o funcionamento do dispositivo carcerário nas suas íntimas dobras, como também revela uma imensa aprendizagem cujos frutos concretos se colhem nas páginas da prosa que Luandino escreverá, e cuja gestação é meticulosamente referida ao longo do diário, ainda que de forma instantânea e fugaz.

Desde logo impressiona o choque entre a violência, aparente ou implícita, da cadeia que transborda nas notas do escritor e a grande evasão proporcionada pela memória (familiar, afetiva, política, cultural), pela literatura, pela utopia, pelo grande sonho da independência e do fim do colonialismo. Tudo muito próximo, em estreito contacto, mostrando que o medo e o desejo se condensam na experiência da cela e fundam um outro saber, uma outra escrita.

O rosto imediato e brutal da detenção surge em fragmentos como este, onde a mediação do eu converte a escrita num espaço reflexivo:

Continuam as torturas tendo estado a espancar um moço das 3 menos 10 até às 4 horas. Nem sei como almocei. Eram berros horribéis e mesmo assim parecia que lhe tinha posto um lenço na boca, porque chegavam abafados. Estive quase a vomitar o almoço, o estômago recusa-se a digerir e cada vez me sinto pior. Terei ainda que aguentar isto muito tempo? Ficarei a mesma pessoa? Às vezes tenho medo de

perder a cabeça, de enlouquecer. Pensando na tristeza desde ontem naquele súbito sentimento de solidão total descobri que foi devido a uma coisa que a K. me contou.

(4.4.63)

A mistura singular de utopia, de terror e de um idealismo que surge das soezes barbáries punitivas do domínio colonialista e do espaço de detenção, tece uma escrita que só no recorte encontra o seu precário, mas estável equilíbrio. Um recorte não imediato, mas repensado e literariamente configurado, que evidencia o cárcere como um lugar «sacralizado», como se depreende inclusive da sua razão etimológica, que articula uma delimitação territorial e temporal, absolutizada na configuração temporal de um espaço de isolamento. De facto, nos primeiros anos nas cadeias de Luanda, Luandino usufrui do acompanhamento familiar possível, que sustenta a esperança de reversão do processo. Num outro aspeto, este tempo corresponde também à observação da nação angolana encarcerada manifesta no movimento de presos políticos e de delito comum, com as suas vidas, as suas línguas, as suas geografias, rituais e esperanças.

Esta primeira parte, que vai de 1961 a 1964, caracteriza-se já nitidamente pelo uso deliberado do fragmento de texto de autor ou de outro tipo de textos – recolhas de quimbundo, recolhas de cancioneiros, correspondência de prisão, bilhetes com mensagem entre presos, recortes de jornal, desenhos – em que se manifesta a força de um vasto projeto literário e político.

Trânsito

O trânsito executa-se das prisões de Luanda para o campo de trabalho de Chão Bom, no Tarrafal, na ilha de Santiago em Cabo Verde. Aqui, Luandino estará confinado de 1964 a 1972, simultaneamente preso e exilado. Uma travessia em múltiplos sentidos que compõem dois tempos de uma única história. Quando os anos dos cárceres de Luanda se esvaem e a perspetiva de um outro tempo imprevisível se perfila, as últimas palavras, como no desfecho do poema, carregam-se de um enorme valor expressivo. A sua expressão é o sinal do humano à beira de um abismo totalmente desconhecido:

Encerro aqui esta parte do diário. Agora outra fase se iniciará com esta viagem e depois a permanência em Cabo Verde.

Voltarei vivo? Morto não posso voltar...

Parto calmo e confiante no futuro. Tenho a K., o Xexe, a minha terra, o m/ povo e uma luta que é uma das últimas em prol da futura vida nova no nosso planeta. Possa eu, agora, em 1964, Angola, África, ser digno sempre desses homens futuros.

(3.VII.64)

Campo

Os *Papéis* de Luandino proporcionam um amplo repertório de espaços carcerários. A rutura principal que ocorre dentro de um panorama biográfico tão expressivo e representativo, ocorre com certeza no momento da deportação para o campo do Chão Bom, Tarrafal, na ilha de Santiago. Criado em 1936 como Colónia Penal do Tarrafal para presos políticos portugueses, transformar-se-ia, em 1962, depois da eclosão da guerra de libertação, em penitenciária para os nacionalistas angolanos, como Campo de Trabalho do Chão Bom.

Luandino constrói, logo à chegada ao Tarrafal, em agosto de 1964, um detalhadíssimo cenário do campo. Palavras e imagens. É o que vai ser a paisagem dos oito anos que se seguem:

Perplexidade! Parece um sonho vir cá parar. A todo o momento creio que vai desaparecer o que tenho na frente e encontrar-me outra vez em Luanda. Mas não! O campo é o normal de c[ampo] de conc[entração], fiadas duplas de arame farpado com outras transversais, guaritas c/ sentinelas armados, nas esquinas, cães, luzes e barracas.

(13-16.8.64)

A premissa já contém uma disjunção que vai atravessar a vivência no campo por um longo tempo: o emergir do sonho que aflorarà sistematicamente nos anos da prisão em Cabo Verde. Isto ilumina o universo concentracionário do campo de detenção que funciona com uma legislação de tempo própria e irreduzível.

No quadro do século XX, o campo tornou-se uma metáfora muito mais ampla do que a simples condição de extremo confinamento, às vezes, estruturado para ser um espaço terminal. Tarrafal, inclusive no nome que historicamente se afirmara, não era um campo de extermínio, mas um campo, como se dirá, «da morte lenta». Tarrafal representa muito bem um paradigma já clássico no pensamento contemporâneo. De facto, na sua reativação no começo da década de 60, devia ficar como estação provisória à espera que se construísse um

novo cárcere na ilha de Santo Antão. O projeto abortou e isto fez com que o provisório se tornasse permanente.

Na leitura atual do campo, depois da sua afirmação trágica como protagonista absoluto da história mais sombria do último século, o campo tornou-se o paradigma político e normativo da nossa modernidade (Agamben), o lugar onde se localiza a matriz encoberta da política que vivemos, onde o Estado assume o governo da vida para articular a sua política de exceção, deixando, portanto, de ser apenas uma localização territorial. O campo converteu-se, assim, no espaço biopolítico por excelência, podendo ser interpretado como espaço permanente da exceção.

Por sinistra implicação histórica, é evidente quanto esta visão deve ao cânone funesto dos campos concentracionários da história contemporânea. No caso de Luandino, as engrenagens biopolíticas do campo não são descritas ou dissecadas, mas o funcionamento do campo surge a partir do recorte subjetivo, da reconstrução situada das relações de poder que dominam o espaço normativizado do campo prisional.

Mais uma vez, o fragmento de Luandino capta a reversão que se adensa no campo como lugar disciplinar de regras paradoxais. E consegue dizê-lo, através de uma escrita que ensaia uma espécie de contra-soberania, pelo poder da palavra, citando Albert Camus: «... Campo de concentração. Um guarda iletrado que se encarna contra um intelectual: «Toma pelos livros. Com que então és inteligente...» Por fim o intelectual pede perdão. (A propósito: a figura do Areses!)» (25.11.67). Um nada que diz tudo sobre a condição do campo e de quem o habita.

A esta construção interna e íntima dos dispositivos dominantes, corresponde uma condição só aparentemente dupla: a condição de preso político nacionalista em convívio com presos nacionalistas de Angola e de outras colónias, reunindo outras línguas, outras religiões e outras formas de ver o mundo; a condição de escritor a desenvolver um projeto literário, que – parafraseando Luandino na entrevista publicada neste livro – se consubstancia através da literatura e da sua formação como escritor, através das imensas leituras realizadas ao longo do tempo de detenção e das discussões políticas e literárias com os companheiros, contribuir para a independência de Angola no sentido amplo da independência, não apenas a imediata independência política. Tratava-se de dar a contribuição cultural para a identidade na-

cional, para aqueles valores que tradicionalmente enformam a nação e, do ponto de vista pessoal, construir, pela ficção, um lugar de evasão e de sobrevivência.

Metaforicamente falando, podemos dizer que existe um homem com o nome civil de José Vieira Mateus da Graça que, à semelhança de uma parte consistente de presos do Tarrafal, é um prisioneiro político, mas se evade para as ruas de Luanda através dos vários livros que escreve neste lugar, sob o nome de José Luandino Vieira. Através dos fragmentos do cárcere, conseguimos ver as datas de escrita dos romances posteriormente publicados e que correspondem a este projeto conjunto político, literário e pessoal. Assim, do ponto de vista dos *Papéis* em si, o tempo do Tarrafal é mais silencioso, enquanto a ficção e todos os esquemas de fazer os livros sair se tornam o espaço de sobrevivência pessoal a par da correspondência vigiada e de muitas discussões e debates com outros colegas do campo. Como referiu em entrevista: «Foram dez anos de aprendizagem, de convívio com colegas no campo de concentração: escritores como António Jacinto, António Cardoso, Uanhenga Xitu, Manuel Pedro Pacavira. Uanhenga Xitu e Manuel Pedro Pacavira nunca tinham escrito literatura, começaram a escrever na prisão e confiavam-nos os seus textos». Enquanto as cadeias de Luanda foram o grande espaço de acumulação de experiência e de recolha de dados, tendo, no entanto, levado à escrita de *Luuanda*, o Tarrafal foi o espaço de aposta na escrita pela sobrevivência do projeto político, literário e do eu encarcerado. Esta convergência de projetos de sobrevivência de um eu despojado, despoleta no autor literário a possibilidade de se afirmar no ser político, manifesto na impossibilidade de correção como supostamente a estadia no campo deveria desenvolver. E apesar de *Luuanda* ter sido escrito nas cadeias de Luanda, é também no Tarrafal que *Luuanda* se torna um texto verdadeiramente político pela atribuição do prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, com a consequente prisão do júri, o encerramento da Sociedade e a perseguição e vigilância mais apertada do seu autor preso no Tarrafal. Comentando isto mais tarde na entrevista realizada nos 40 anos de publicação de *Luuanda*, José Luandino Vieira afirmava:

Quando escrevi Luuanda eu estava preso, em 1961/62. (...) Escrever era importante para vencer o tempo, mas também para perceber melhor as razões que me levavam a estar naquela situação, afinal por reivindicar uma consciência nacional, uma identidade nacional

que se traduzia nas ditas actividades nacionalistas que reclamavam a independência.

No campo, outras escritas.

Literatura

O projeto literário que desde os primeiros fragmentos surge, e que se torna uma permanência de todos os *Papéis*, é ser escritor, visível na recolha de elementos culturais, nos vários planos de contos e livros produzidos, nomeadamente, *Meu Musseque e Luuanda*, com o desenho das personagens, as reflexões e a ânsia da opinião da sua primeira leitora, a mulher, com quem negocia a voz do escritor e, a dela, como leitora. Paralelamente, ou intersetando-se com o projeto de ser escritor, desenvolve-se o projeto político que, em absoluto, não se pode separar do projeto literário. Como refere em entrevista:

A estória do rapaz que roubava patos («Estória do Ladrão e do Papagaio») tem a ver com a nossa vida na prisão. Na prisão em Luanda estávamos todos misturados, presos políticos e presos de delito comum. E sempre que entrava alguém sabia-se ou procurava-se saber a causa da prisão. Todos mentiam mais ou menos sobre tudo e sobre as causas reais que os tinham levado à prisão. Eram sempre evocadas coisas mais ou menos viris, tipo ter violado uma moça, ou assim. Mas um dia apareceu um homem aleijado e perguntei ao guarda por que razão é que o pobre do homem estava preso. Foi-me dito que era porque tinha roubado patos. E comecei a escrever a estória do ladrão dos patos, uma estória de amor.

Impressionam, nos *Papéis*, as funções múltiplas que a literatura desempenha ao longo da longa detenção de Luandino. Escrever é antes de tudo praticar um modo da memória. A finalidade é aparentemente prática, condicionada pelo objetivo de não perder fragmentos vivenciais, e parece situar-se fora do compromisso estético. A escrita é, assim, um mediador da memória.

No entanto, a seleção que é realizada remete para a dimensão do literário. O imediatismo da escrita é um aspeto só aparente, fruto de um despojamento meditado e praticado. Emerge com evidência a seleção que é realizada sobre os materiais do quotidiano. Ou seja, a curta distância entre a vida e a escrita é mais uma impressão ótica do que um facto real. O olhar do escritor inscreve claramente a experiência do cárcere dentro da moldura consciente de um grande projeto literário. Mesmo nas suas componentes parciais, despedaçadas, isoladas, a

escrita é um lugar de exercício e formação nos primeiros anos do cárcere, posteriormente de criação de uma obra e de um autor e de evasão contra o isolamento biográfico no Tarrafal. E esta escrita articula-se e projeta-se dentro de um horizonte de atuação política concreto – a formação de uma nação, a formação da sua literatura - e de resistência em que, por sua vez, se conjuga o pessoal com o político.

A dimensão crítica deste processo assume um rumo não gratuitamente teórico, mas, pelo contrário, meditativo, permanentemente atento à relação eu-mundo. A literatura é a construção de uma voz, de uma prática, de uma profissão. Emociona na primeira parte dos *Papéis* assistir nos fragmentos de 63 à criação prisional das tramas das histórias de *Luuanda*. Sensibiliza a audível voz humanamente literária que empreende o diálogo indireto com tantos presos e a conversa inesgotável com António Jacinto, marcada por enorme desejo de futuro, que condensa o nexa entre poética e política e com todos os autores lidos e pensados. Emociona também o amor – o companheiro e o pai; o diálogo tentado com K./L., sujeito a inúmeros obstáculos e às condições adversas do Tarrafal.

A literatura é enfim o inexaurível meio de conhecimento do mundo que pela força intrínseca da escrita literária – que vai do texto para o contexto – surpreendentemente se revela:

Um vento seco e quente varreu por 1/2 horas o campo. O suficiente para dar um tom negro a todo o verde conseguido pelas chuvas e queimar mesmo algumas plantas. Percebo «os flagelados do vento leste»!

(23.9.65)

Se em Luandino a pergunta é também «o que se pode fazer só com as palavras?» - que ecoa muitas vozes poéticas em língua portuguesa (15.1.65), ela encontra uma resposta inesperada nas sábias palavras do filósofo analfabeto do Makutu, «tem as coisas que existem, tem as coisas que não existem, e tem as coisas que existem e não existem: como nas histórias» (18.1.67). No fundo, a literatura é a gravação de uma voz destinada de outro modo a perder-se para sempre, como metaforicamente se depreende do projetado presente ao filho Xexe, a gravação das histórias do coelho e do lobo num fita gravada «Pelo menos ficará com a minha voz. Se eu desaparecer» (11.3.67).

Numa síntese, potente e negativa, da literatura encarcerada, Luandino reúne os objetos essenciais e inapreensíveis desta prática

dolorida de literatura silenciada e sempre em risco, como se os dispusesse numa mesa de uma natureza morta retratada: «Se não escrevo não luto pela m/ libertação, não ajudo a L., não mereço o que tenho! Mas como vencer tudo o que me tolhe?» (2.5.66).

Escrita do cárcere

Uma pergunta perpassa a leitura dos *Papéis*: haverá uma escrita que se constitui a partir da condição biográfica segregada do seu autor, ou seja, uma escrita da prisão ou do campo? O século XX foi marcado por inúmeras escritas do cárcere, inscritas em projetos também irreduzíveis num quadro histórico marcado por uma expansão desmedida das barbáries modernas.

Os critérios selecionados pelo escritor na configuração da sua escrita da prisão são sempre marcados pela singularidade. Há projetos como as *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos onde o escritor brasileiro assume a prisão como o passado, como uma reescrita distanciada em que os desvios narrativos desmancham a falsa ilusão da tautologia fiel do passado ou da transparência da primeira pessoa que se tenta apagar para deixar espaço aos outros. Ou outros projetos como os *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci, que encenam o conflito entre a precariedade das condições de vida carcerária e o desenho de construir uma grande obra. Também produzidos sob a forma comum de papéis e fragmentos, revelam um sistema de pensamento da crise histórica cujo valor seja «für ewig», para a eternidade. O que caracteriza estas escritas é a singularidade dos seus planos, gerando uma respiração própria que interpreta a contradição de fundo presente na literatura do cárcere, mas, ao mesmo tempo, articula a sua força: a assimetria entre a contingência e a permanência, entre o precário e o estável. Entre uma vida de escrita (que identifica o escritor) e uma escrita da vida em circunstâncias antitéticas ao ato de escrever como um ato reflexivo e um gesto artístico.

A escrita do cárcere caracteriza-se, de facto, por uma outra relação do espaço com o tempo: um tempo enorme, «corpulento» como o define Gramsci e um espaço exíguo, fechado, onde a perda e a subtração se tornam a potência de uma condição forçadamente isolada e excepcional. Escreve-se no cárcere para preencher o vazio do tempo, para ampliar o seu espaço concluso, mas, por outro lado, escreve-se no cárcere para resistir, para não esquecer, para sobreviver. O fechado torna-se aberto, enquanto o que estava aberto se encerra para se con-

servar e proporcionar as condições de resistência. A pulsação própria desta escrita, diferente de qualquer outra, forma a escrita carcerária. Luandino, durante a detenção, não desempenha nos *Papéis* um exercício crítico sobre esta condição exorbitante de vida: não desmonta a sua escrita expondo o funcionamento da escrita do cárcere. Pelo contrário, compõe a escrita perante o olhar de si como leitor ou da outra leitora privilegiada da escrita, K. ou L. Por isso não se trata, se quisermos referir-nos a géneros literários, de um jornal íntimo ou de uma escrita confessional. Até a forma do diário seria, em rigor, imprópria para descrever os fragmentos aqui reunidos. Trata-se das peças imensas de uma grande painel literário onde o mecanismo fundamental, binário, da escrita literária endossa a escrita do cárcere: um autor que narra, um leitor que, dentro do texto, se apossa da escrita e a repensa e reelabora, tornando-a reflexiva.

Assim, a escrita literária do cárcere funda-se sobre um dispositivo menos simples do que aquele que emerge na aparência: assumir-se como outro dentro da escrita desdobra o autor em leitor e personagem, possibilitando outros pactos narrativos. Desdobramento que encontra nos fragmentos a forma mais adequada e eficaz: um eu que se assume na terceira pessoa «O Luandino parece-me algo que não voltará a ser» (6.11.65).

Esta dualidade que, fora do documento e dentro da literatura, se torna efetiva – enquanto dissociação – é também a matriz de uma outra possibilidade extraordinária que se instaura e ganha forma nos *Papéis*: a escrita do cárcere, sustentada pela trama literária que torna a testemunha vivencial também um autor literário. Um autor literário que pode testemunhar por dentro da situação traumática e extrema o que, de outro modo, permaneceria obscuro, ou seja, em sentido literal, fora da cena.

É isto o que resta dos *Papéis*. A infinita experiência da dor e da perda que proporciona o distanciamento que se revela na escrita e possibilita o testemunho:

Desde que há dias vi no caixote do lixo um bife inteiro, senti uma grande vergonha de mim. E tenho andado a pensar como é possível que eu continue a fazer o que fazia ou tenha arranjado o subterfúgio de nunca ter nada para pôr no caixote. Será que há alguém por muito miserável que seja que mereça menos consideração que um cão? E negaria uns restos de comida a um cão? E não será exatamente fazer alguém pior com esse m/ procedimento? Chamem-me fraco se quiserem mas não consigo continuar a proceder da mesma maneira.

Não pode haver ser humano que não mereça aquilo que não nos faz falta. (Penso que 2 anos desta vida não chegam ainda para me mostrar tudo. Talvez precise de sofrer mais, se é que já sofri alguma coisa, para ser mais humano.)

(22.8.63)

Angola

Há duas grandes forças que estruturam os andaimos dos *Papéis* como um todo: a primeira é sem sombra de dúvida, uma força comunitária que se reconhece no projeto político da independência de Angola; a segunda, o elo familiar com a esposa e o filho. A adesão ao projeto da independência é a grande causa da prisão e o que lhe renova a dignidade inclusive nos momentos mais duros e nos tempos mais ásperos do cárcere: Angola é o coração profundo da escrita de Luandino, o seu motivo obsessivamente perseguido.

O quadrante ideológico do nacionalismo de Luandino é bastante interessante, sobretudo quando colocado em confronto com as teorias independentistas que circulavam na época. Mesmo no confinamento do cárcere, a lucidez com que elabora o projeto político é notável e merece ser acompanhada por um olhar atento. A análise sobre o que divide Angola - o colonialismo antes de tudo, mas também o racismo, as divisões linguísticas, identitárias, ideológicas, etc. - é cuidadosamente formulada e a literatura é assumida como o espaço de universalização que permite pensar uma outra ideia de nação, um outro nacionalismo de pendor oximoricamente universalista, mas que nesta tensão encontra a sua particularidade: «O meu amor à minha terra, Angola, é apenas a forma do meu amor pela humanidade. Nunca serei um mau nacionalista» (8.8.65).

Não se trata, no entanto, só de uma figura crítica interessante que combina planos tão distintos. Enxerta-se numa visão do mundo onde o nacionalismo se inscreve num xadrez internacionalista novo, como o autor sugere em reflexões críticas também muito lúcidas sobre a conjuntura presente:

Depois das notícias a) do comércio crescente entre Port. e os países africanos b) da votação da moção no C.S. da ONU que nem sanções económicas deu, cada vez me convenço mais que o nosso caso passa pela resolução do caso em Portugal e a n/ independência será já num contexto mundial e original muito diferente...

(1.12.65)

Contexto mundial que deveria ser a base da emancipação de Angola, onde uma Angola independente pode desempenhar uma função de renovação de um sistema mundo ainda agrilhado a uma herança de um outro tempo, o tempo colonial obsoleto, que, no caso de Portugal, continuava vivo, sob a forma de guerra silenciada.

Nos *Papéis da Prisão* observamos como o projeto político e o projeto literário se conjugam dentro de uma visão que é militante, mas assume como campo de batalha a cultura e a literatura. Na verdade, a teoria, como indicará Amílcar Cabral, é de facto uma arma relevante, como frequentemente emerge das considerações de Luandino. Observa a certo passo:

Hoje lembrei-me de fazer uma tentativa de ensaio para o concurso de Anangola. Depois lembrei-me do velho ditado português: «não passe o sapateiro além da chinela»... Mas era preciso alguém começar a teorizar para outros a lit[eratura] angolana (isto veio a propósito do artigo do Papo na Présence, ainda confuso, como confusa é a situação. Creio que só ao desenvolver da acção de libertação de Angola se pode ir, pari et passu, teorizando.

(28.2.63)

O projeto político que a escrita da prisão aprofunda é ser Angola, Angola independente e livre, plena de outras vozes, manifestas nas cartas, nos contactos, nas solidariedades, nos gritos da tortura que conectam a voz e o corpo e geram a solidariedade de uma comunidade paradoxal, mas politicamente ativa, de corpos torturados e encarcerados. Pela dor, que remete sempre para uma esfera individual, nas suas várias declinações, cria-se uma matriz coletiva de relação de solidariedade do cárcere político, em que o político nasce da partilha da dor sofrida. Mas o projeto político é também a perceção da nação angolana encarcerada nas diferentes geografias que, no espaço carcerário, convergem, nas línguas, nas narrativas, nas canções, nas culturas populares, nas diferentes ordens e entendimentos de justiça, religião e valores que levam o autor a questionamentos múltiplos sobre a densidade do projeto político e do seu potencial literário.

A recolha de tipos sociais que vai gerar as personagens, a escolha da geografia literária e política do musseque, a perceção de uma língua portuguesa diferente em registos riquíssimos para as personagens e a sua introdução no tecido literário (o *angolano* como «língua síntese de português e dos dialectos bantu de Angola», 11.1.63),

a representação de outros valores e de outras formas de justiça e de conhecimento nos seus futuros livros, vem muito da observação deste inesperado «laboratório possível» que é a prisão, que, como o regime colonial, aprisionava a nação angolana já existente. Essa é aliás uma das leituras mais expressivas dos *Papéis* – a constatação da existência de uma nação com arquivo e séculos de história, e que até agora nunca pôde emergir sob forma independente como estado-nação.

A experiência das prisões e do campo parece ter dado a confirmação quase física e material dessa existência. Tratava-se de organizar a luta no sentido de criar as condições para o reconhecimento dessa evidência e disso fazia parte, seguramente, o projeto cultural, ou seja, da construção do Estado a partir das culturas que definiam a nação. Tudo isto converge simbolicamente no esboço de desenho da própria bandeira do País pelos presos e numa palavra de ordem, refletida num curioso episódio que envolve a tradução de uma palavra de ordem para todas as línguas angolanas representadas. Concluem que isso – essa palavra – é para dizer em todas as línguas de Angola – «carregar as espingardas». O projeto político é, portanto, também literário e é esta coerência patente que lhe confere a peculiaridade da dimensão estética.

Elos: Xexe, duas letras, um amor

O outro centro de irradiação essencial nos *Papéis* de Luandino, a outra força fundamental que sustenta toda a escrita, é o elo familiar com a mulher e o filho. São eles os dois grandes interlocutores e, em larga parte, os destinatários de toda a escrita. A relação alimenta a vida e a obra do escritor sendo que nenhum gesto é independente da referência aos dois entes queridos.

No caso de Linda, também o elemento literário se institui como mediador da difração do mundo. São duas letras que a identificam, a inicial L. e o K. O jogo torna-se até explícito na própria configuração da personagem principal, eixo de todos os sentimentos, de felicidade, de remorso, de alegria e de depressão do escritor: «Mais um «recorte» para a K. ver como «todo o mundo» se preocupa com ela, a boa camarada L.!» (16.1.63). A oscilação deve ser acompanhada e nem sempre corresponde a um movimento pendular, de aproximação ou afastamento. As duas iniciais remetem para a figura da companheira, sempre.

A privação das relações familiares em prol do projeto de independência de Angola é o motor emocional de inúmeros momentos dos anos de detenção, antes nas prisões e depois no Tarrafal. A família é o espaço de remorso e de saudade inextinguíveis que reflete as suas sombras – sombras espessas e presentes – no tempo dilatado da prisão:

Hoje, no fim do banho e do almoço «fingido» deitei-me, tomei uma sulfaguanidina e preparei-me para descansar... mas o cérebro nunca pára. Peguei na fotografia da L. e do Xexe e logo que olhei para ela as lágrimas correram... Sucede sempre que lhe pego, tão real é a felicidade que emanam as suas faces e que eu sinto e então penso «os meus miúdos» e afinal o miúdo sou eu! Mas não posso evitar que o mau pensamento que às vezes me visita, apareça de vez em quando: que ainda falta mto. para ter e ser de novo os meus miúdos! E então, nessas alturas, a m/ prisão aparece-me como absurda. E é. Tenho vergonha de estar num processo daqueles. A estar preso, a ter que ir para Tribunal, valia mais ter um processo que fosse a expressão clara do que penso, do que sinto, do que acredito, e daquilo que no meu trabalho possível (literário) mostro. Mas talvez um processo assim seja uma vantagem... Há no fundo de mim, uma muito pequena esperança, mas existe!

(16.1.63)

Do ponto de vista do andamento dos fragmentos, a dimensão humana está permanentemente filtrada por um eu em rutura pessoal, como expresso nos desenhos íntimos da família e nos seus autorretratos que, ao mesmo tempo que o sustentam, o desfazem em momentos de auto-reflexão profunda. O que vale a pena sublinhar é que é sempre a par do grande projeto político que se regista também o único sentido da escrita da vida que só o amor e a saudade sem fim dos familiares podem manter. E é assim que, ao receber os desenhos do filho no Tarrafal, regista, numa autojustificação pessoal que se confunde já com a herança da luta, que lhe quer transmitir, enquanto herança das novas gerações:

Na fotografia estou a escrever à máquina. A máquina de escrever é a ferramenta do meu ofício. O meu ofício é contar estórias. Ando a aprender uma muito bonita que te contarei quando voltar para junto de ti: «a estória da liberdade». No dia dos teus 4 anos um grande xi e muitos beijos do Pai.

(25.6.65)

Impressiona a ética da relação pessoal com a companheira que Luandino alimenta nos *Papéis*. A consciência do risco permanente da perda – as crises incontornáveis que a distância e a separação produzem – perante uma detenção de tão longa duração alterna com uma esperança que não se apaga, com a espessura de um sentimento que não se esvai pela adversas circunstâncias de vida e que se espelha e renova num projeto comum em que cabe o pessoal e o político. Um equilíbrio difícil que só o sentimento profundo de respeito de si e do outro pode configurar na sua periclitante e prolongada instabilidade:

Anos da L. Dia triste. Mandei um telegrama que mesmo sincero me parece, à reflexão, uma «defesa» votada a insucesso da juventude que perdemos nestes anos separados. Mas confesso que não tenho tempo nem disposição para aprofundar este pensamento. De qualquer modo estou mesmo convencido que é assim: ganhe-se algo com a perda de anos e se o espírito se souber manter jovem, pode-se ser jovem muito tempo depois da juventude física. [O que não serve de nada (4-1-66)].

(23.11.65)

Poderia dizer-se que as duas forças que sustentam a escrita dos *Papéis* – o amor por Angola, o amor por Xexe e L./K. – encontram no amplo fôlego do pensamento e da paixão de Luandino a sua capacidade de respiração e vida, a sua coerência e consistência para uma ideia de comunidade – familiar e coletiva – que, apesar dos entraves do presente e da história, se deixa pensar, viva e palpitante, no horizonte do futuro próximo.

Uma herança que não é só interfamiliar mas se quer nacional e humana, enquanto pedaço, pessoal e público, da história de Angola e de Portugal filtrado por alguém que nunca se assume como vítima, mas sim como sujeito da história. De uma história de que dá testemunho.

Coda-recomeço

«A propósito de medos: a coragem é uma qualidade de exercício contínuo» (3.8.65)

«A coragem é a mesma, a esperança é outra» (20.11.65)

Margarida Calafate Ribeiro
Roberto Vecchi

NOTA EDITORIAL

Os *Papéis da Prisão* de José Luandino Vieira alimentam-se de uma tensão que decorre do seu próprio projeto editorial. Este projeto apoia-se num plano de investigação, *José Luandino Vieira: Diários do Tarrafal*, realizado ao longo de dois anos, de Junho, 2013 a Setembro, 2015, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Contou com a equipa de investigação composta por Margarida Calafate Ribeiro e Mónica V. Silva, do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra e de Roberto Vecchi, da Universidade de Bolonha, e o apoio da equipa do projeto *Patrimónios de Influência Portuguesa*, do Centro de Estudos Sociais.

A razão do projeto deriva antes de tudo da variedade das suas fontes, dos textos da prisão. Durante a longa detenção, de 1961 a 1972, José Luandino Vieira coligiu minuciosamente um vasto acervo de materiais em 17 cadernos meticulosamente datados, na sua totalidade, cerca de 2000 folhas manuscritas¹. Estes cadernos foram escritos en-

¹ Em síntese a sequência dos cadernos disponíveis:

Secção relativa à detenção nas Prisões de Luanda (de 1962 a 1964)

[Caderno 1 // 10-10-1962 a 04-01-1963 // Pavilhão Prisional da Pide, São Paulo, Luanda];

[Caderno 2 // 06-01-1963 a 20-01-1963 // Pavilhão Prisional da Pide, São Paulo, Luanda];

[Caderno 3 // 21-01-1963 a 31-03-1963 // Pavilhão Prisional da PIDE, São Paulo, Luanda];

[Caderno 4 // 01-04-1963 a 25-05-1963 // Pavilhão Prisional da PIDE, São Paulo, Luanda];

[Caderno 5 // 26-5-1963 a 27-06-1963 // Pavilhão Prisional da PIDE, São Paulo, Luanda – Cadeia do Comando da PSP, Luanda];

[Caderno 6 // 28-06-1963 a 06-11-1963 // Cadeia do Comando da PSP, Luanda - Cadeia Comarcã de Luanda];

[Caderno 7 // 12-11-1963 a 20-06-1964 // Cadeia Comarcã de Luanda – Cadeia Central de Luanda];

tre 10-10-1962 (Luanda, PPPIDE) e 6-7-1971 (Tarrafal, Cabo Verde, Campo de Trabalho de Chão Bom – C.T.C.B.), e intitulados pelo autor «...ontem, hoje, amanhã...». São compostos por fragmentos de vária natureza: anotações diarísticas, correspondência (cartas e bilhetes internos), postais e desenhos, cancioneiros populares recolhidos junto de outros prisioneiros, esboços literários e exercícios de tradução, ditos e textos em quimbundo, recortes jornalísticos, apontamentos. Observou-se que o início da escrita não coincide com o começo da prisão, que ocorreu em 20.11.1961. De facto, os primeiros seis meses de detenção, em Luanda, foram essenciais para José Luandino Vieira organizar, estabelecer e asseverar a segurança das redes de comunicação, quer dentro do espaço prisional quer com o mundo exterior. Os primeiros apontamentos estão ainda por identificar no acervo pessoal do autor.

Do ponto de vista dos materiais disponíveis – parte hoje digitalizados e tratados pela equipa, no âmbito do projeto – antes da fixação do texto-base e da determinação de uma metodologia que fosse, ao mesmo tempo, rigorosa mas suficientemente flexível para integrar a revisão e a reorganização da obra do ponto de vista da atual vontade autoral, assinala-se a presença de um texto escrito densamente em folhas de papel, maioritariamente papel pardo, que o autor agregou para formar cadernos. Preenchidos quase na sua totalidade com textos, eles

- [Caderno 9 // 20-03-1964 a 31-05-1964 // Cadeia Comarcã de Luanda];
- [Caderno 10 // 05-06-1964 a 31-07-1964 // Cadeia Comarcã de Luanda];
- Seção relativa à detenção Campo do Chão Bom, Tarrafal, Cabo Verde (de 1964 a 1972)
- [Caderno 11 // 03-07-1964 a 13-06-1965 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 12 // 10-05-1965 a 10-06-1965 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 13 // 18-07-1965 a 25-04-1966 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 14 // 29-04-1966 a 12-01-1967 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 15 // 04-01-1967 a 19-11-1968 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 16 // 24-04-1969 a 31-12-1969 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 17 // 01-01-1970 a 11-03-1971 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];
- [Caderno 18 // 11-03-1971 a 06-07-1971 // Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal];

Note-se que a ausência do caderno 8 se deve a um lapso de numeração por parte do autor.

integram também um paratexto considerável, constituído por colagens de documentos anexados e documentos que o autor considerou relevantes. No período de detenção no C.T.C.B. José Luandino Vieira usou outro tipo de cadernos, sempre contando com um grande aparato de documentos complementares com que os fragmentos do escritor dialogam. O controlo da escrita dos presos políticos era uma prática esperada e activa, o que justifica, por um lado, a precária materialidade destes papéis e, por outro lado, o recurso a uma série de mecanismos necessários para os preservar e fazer sair do espaço prisional, conforme o autor informa na entrevista apresentada neste livro.

Quanto à metodologia, a fixação do texto ocorreu de acordo com um critério de conservação, procurando o que poderia ser considerada, em hipótese, uma edição diplomática com o objetivo de realizar uma reprodução fiel dos manuscritos. Acentuando este traço e por indicação do autor, siglas e abreviaturas, usadas frequentemente nos apontamentos, não foram desenvolvidas, exceto quando o autor considerou que o texto poderia ficar comprometido e, nestes casos, as intervenções estão devidamente assinaladas. O aspeto que confere esta decisão do autor é extraordinário do ponto de vista estético, porque confirma o traço de urgência e precariedade da escrita, acentuando a impressão metonímica entre palavra e experiência, despersonalizando em nome do coletivo.

A fixação do texto, no entanto, foi o começo de um processo de constituição dos *Papéis*. A operação filológica que proporcionou o texto base foi o limiar da construção da obra por parte do escritor. É neste sentido que se trata de um processo híbrido que combina simultaneamente o trabalho de investigação da equipa com um projeto do autor, sem detrimento da restituição ampla e fiel dos textos originais. De facto, a edição da obra que substancialmente se publica, após uma recuperação dos materiais por parte de José Luandino Vieira, respeitou, sempre que possível, o manuscrito original. Contudo, e devido à complexidade do documento, foram feitas algumas alterações editoriais, sob a orientação e o acompanhamento do autor.

Entre os critérios adotados na edição de um projeto tão articulado como este, assinalam-se aqui os principais que é oportuno explicitar em benefício de uma leitura continuada do livro.

Na identificação das fontes, os cadernos (cf. supra nota 1) são separados através de um critério prático: o início do caderno com a reprodução da capa original de cada caderno seguida das seguintes

informações: número do caderno, datas que o caderno compreende e o local onde foi escrito; o fim de cada caderno fecha com a reprodução do verso da folha de fim de caderno. Ambos os casos são seguidos da transcrição do texto manuscrito. Para facilitar a leitura da organização interna dos cadernos procedeu-se a uma uniformização do início de cada dia seguindo o modelo: data a negrito, parágrafo, texto. Foram eliminados os parêntesis e sublinhados das datas, mas o uso de numeração decimal e romana foi respeitado. Na parte que corresponde ao Tarrafal manteve-se a disposição original das entradas considerando-a significativa para a compreensão da representação da obra. Aqui, para facilitar a leitura e continuidade destes fragmentos, fez-se apenas o acrescento editorial do ano em cada entrada.

Sempre em função de um resgate autoral dos fragmentos, foi definida por José Luandino Vieira uma política relativamente aos nomes. O autor, já no momento da escrita, e por questões de segurança e proteção do anonimato, codificou grande parte dos nomes, aludindo-se apenas a abreviaturas, à letra inicial ou usando codificações epítéticas. Ainda assim, algumas das codificações foram feitas no momento da edição e por decisão do autor. Este procedimento procurou preservar o anonimato da pessoa em causa. É importante ainda referir que frequentemente o autor usava nomes diferentes para uma mesma pessoa (Exemplos: K. e L. // J.A., J., Jac., Jacinto ou António Jacinto // Hedi ou Heri // God, Godfrey ou GAN). Todas as identificações de agentes do regime colonial português são da responsabilidade da equipa editorial.

Os fragmentos escritos em línguas que não a portuguesa, e que poderiam impossibilitar a compreensão da obra, foram traduzidos por especialistas da língua em questão e estão identificados por uma nota editorial remetendo para anexo. Palavras e pequenas expressões em quimbundo foram traduzidas pelo próprio autor em nota de autor. Não foi feita tradução literária mas, sempre que possível, é identificada em nota editorial a referência do original ou de versão similar.

As notas foram organizadas de acordo com um critério económico: o autor optou por acrescentar, no texto, apenas as notas indispensáveis à leitura. Esta decisão é compensada pelos textos que acompanham a obra, em especial pela nota biobibliográfica e pelas notas editoriais. De notar que todas as notas são acrescentos ao texto feitos no momento da edição. A indicação de notas no texto segue o seguinte critério:

- 1) N.A. - Nota do autor
- 2) N.E. – Nota dos editores (notadas pela equipa organizadora e pelo editor Zeferino Coelho)
- 3) N.T. – Nota dos tradutores

A correção de pequenos erros de ortografia (em especial parágrafos), concordância, acentuação, uso do hífen, não foi considerada relevante e, portanto, não estão identificadas no texto. A pontuação segue, por norma, o manuscrito original. As alterações só foram feitas em situações consideradas indispensáveis à compreensão do texto.

Na transcrição de textos e documentos que não são da autoria de José Luandino Vieira foram mantidos os erros ortográficos e gramaticais. Os lapsos e erros ortográficos noutras línguas foram também mantidos.

Por vezes a mesma palavra é escrita com grafias diferentes correspondendo a línguas diferentes. Exemplos: quimbundo/ kimbundu/ kimbundo; maka/ maca. Este aspeto é mais visível nos topónimos, como por exemplo: Icolo ia Bengu/ Ícolo e Bengo. Estes aspetos foram também mantidos pois são considerados texto.

O uso de maiúsculas e de minúsculas nos nomes, siglas, etc., foi, na sua maioria, mantido, exceto quando conduzia a outras possibilidades de leitura.

Como a fixação do texto definitivo foi feita em colaboração e com concordância do autor não existem muitas palavras indecifradas. Contudo, as que não foi possível decifrar foram identificadas com o código: [?].

Um outro critério editorial adotado que importa referir para uma boa leitura e compreensão dos critérios, o uso dos parêntesis retos:

- 1) [...] – corte do autor no momento da edição (itálico e sublinhado).
- 2) [...] – corte do autor no momento da escrita.
- 3) [*texto em itálico*] – acrescento do autor no momento da edição – extensão das abreviaturas, para fazer correções/acrescentos simples (datas, locais, assinaturas, etc.).
- 4) [texto] – acrescento do autor no momento da escrita.

Os critérios de seleção e introdução de imagens sustentaram-se na função de representatividade e funcionam como suplemento essen-

cial do texto. Todos os documentos, recortes, cartas, anexos que não são do autor aparecem como imagem seguidos da transcrição do texto. Para facilitar a leitura correta das imagens foi criado um índice de imagens apresentado por ordem cronológica e em cuja descrição se indica o tipo de documento (cartas, bilhetes, desenho, recortes de jornal, colagens, manuscritos, documentos, capas de início de caderno, verso da contracapa - fim de caderno) e sempre que possível a sua autoria.

Por último, gostaríamos de agradecer a António Sousa Ribeiro, Carlos Ferreira, Fabrice Schurmans, Graça Cantinho, Helena Soares Rebelo, Irene Guerra Marques, Júlia Garraio, Manuel Domingos Russo, Maria João Soares Machado, Miguel Lubwato, Natércia Coimbra, Nuno Simão Gonçalves, Nuno Lopes, Odete da Costa Semedo, Walter Rossa e às seguintes entidades: Porta XIII – Associação Poética de Todas as Artes de Vila Nova de Cerveira, Associação Tchiweka de Documentação de Luanda, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. A todos o nosso agradecimento pelo apoio e pela colaboração ao longo deste projeto.

Margarida Calafate Ribeiro
Mónica V. Silva
Roberto Vecchi

1. v.

1962

1

*

ontem,
hoje
amanhã

*

apontamentos
(10-10-62/4-1-63)
Luanda - PPIDE

[Caderno 1 // 10-10-1962 a 04-01-1963 // Pavilhão Prisional da PIDE, São Paulo, Luanda]

10-10-62

A S.A. Cassequel¹ ocupou na região do [rio] Catumbela todas as áreas disponíveis (na vila ou fora da vila) e todas as propriedades dos nativos legalmente constituídas ao abrigo do direito consuetudinário. Assim milhares de nativos ficaram sem as suas propriedades, algumas das quais constituíam herança de antepassados.

Isto obrigou todos os nativos da Catumbela a trabalhar para a Cassequel, quer quisessem quer não ou a procurarem trabalho em sítios distantes.

O arrojo da Cassequel chegou ao ponto culminante de ocupar e mandar plantar cana nas margens do rio (30m para cada lado) e [n]as ilhas formadas na bacia do rio, umas e outras propriedades do Estado (Rep[ar]tição] Hidráulica). Ninguém lhe foi à «mão» até hoje.

Para compensar os nativos da extorsão, concede às mulheres dos que trabalharem para a S.A.C. um arimbo com 30m de frente mediante o pagamento de 30\$00 por lavra (os bilhetes omitem a importância, mas qualquer habitante da região o pode confirmar). Os modelos juntos são cópias dos originais. A carta que se copia é o pedido dum nativo do empregado da C.^a Ferreira, encarregado da distribuição dos arimbos e da respectiva cobrança. Como se vê pela letra é semi-analfabeto mas é branco.

Até 1956 a S.A.C. obrigava os nativos a trabalhar 16 horas por dia. Nesse ano porém foi colocado na Catumbela um chefe de posto chamado Cravo que tomando conhecimento do facto, resolveu pôr-lhe cobro. Levantou à S.A.C. um processo apoiado pelo Administrador do Lobito. Porém quando o processo corria seus trâmites legais e ainda não tinha saído do Lobito, o Adm[inistrador] recebeu ordens para o

¹ N.A. – Sociedade Agrícola do Cassequel (S.A.C.).

arquivar e aplicar à S.A.C. uma multa simbólica de 2000\$00. O próprio Adm[*inistrador*] dá o dito por não dito e aparece feito com a S.A.C., o chefe [*de*] posto passado algum tempo foi transferido. As indemnizações atingiram um montante superior a 1000 contos. O processo se não foi destruído está arquivado na Adm[*inistração*] do Lobito.

Há na Catumbela um indivíduo chamado Nápoles, conservador da estrada Lobito/ Catumbela que conhece em pormenor e guarda vários elementos sobre este e outros assuntos. Só ele mesmo, tal é o estado de terror que reina na Catumbela entre brancos e negros, tal é o medo infundido pela Cassequel.

Também na região de Benguela está a S.A.C. a proceder a uma ocupação idêntica à que fez na Catumbela, metendo tractores e destruindo palhotas sem qualquer aviso prévio ou justificação legal... Alguns são já muito velhos e estão desesperados. Um deles é um antigo soba (nome?) que tinha as suas lavras e a quem por consideração especial deixaram só a palhota para viver.

No entanto os delegados da OIT², ficaram encantados com os métodos de trabalho da Cassequel. É claro viram só a fachada: dois ou 3 bairros que a Cass. fez à beira da estrada. Um deles o do Negrão, até tem parque infantil. Fica à beira da estrada entre a Cat[umbela] e Damba Maria para todos verem. São porém 1/2 de casas que não chegam para __ % dos trabalhadores (milhares). É uma espécie de montra...

=

baixo, tosco, a cara sulcada de rugas por todos os lados. Expressão fechada que à 1.^a vista parece de burro mas que quando um sorriso largo e bom a abre e ilumina os olhos, se vê pertencer a pessoa dada à reflexão e bastante amachucada pela vida.

– Mateus Domingos, natural do Icolo iá Bengo, trabalhava em Catete, pedreiro de profissão.

– Construtor de todas as instalações do seu patrão comerciante e agricultor. Vive numa pequena lavra que a mulher trabalha. Tem sete filhos. Foi preso porque uma tarde ao voltar do trabalho para se defender do cão do destacamento militar instalado em Catete, lhe deu 2 pontapés quando ele lhe queria morder!

Está aqui preso. Vem pedir cigarros e levou, claro! porrada para dizer quem lhe mandou matar o cão da tropa!...

² N.E. – Organização Internacional do Trabalho.

Papéis da Prisão

Doc. Ar. C. Velho
Cenequel

Licença (2x1)
Validade até 21/12/57

Tem licença a _____ para
fazer um arimbo em (S. Pedro - d. lha) com
tenda de frente mais de 30 metros.
Cenequel de _____ 1957

(An)

mod. nº 92
(2 blocos / 100 / 100. Em 15/10/52)

— Carta —

Amigo Ferreira

Maria Joaquina
arimbo no
C. Velho
23/6/58

Agradeço podendo ser
o favor de lhe dar um bilhete de
arimbo a esta minha senhora.
Desde já muito obgdo.
Amigo

(An)

22
/ 6
/ 58

(10-10-62)

Carta

Amigo Ferreira

Agradeço podendo ser o favor de lhe dar um bilhete de arimbo a esta minha senhora.

Desde já muito obgdo.

[?]

22/6/58

Maria Joaquina

Arimbo no C. Velho

23/6/58

«apontamento», Outubro 13/ 1962, PPIDE – Cella F

=

20-10-62

Hoje de manhã durante o recreio fui perguntando palavras de quimbundo aos moços que andam cá fora (Gregório 5m[*etros*], Zé e um que não sei o nome mas a que eu chamo «Mamas Caídas» porque a camisa está rota do pescoço a meio do peito e lhe aparece o peito – é de Luanda) e notei que o quimbundo que ando a aprender, bem assim como a maneira que o pronuncio e que é reminiscência da infância só é bem percebido pelo de Luanda. Disse alguns ditados – uns eles sabiam, outros não. E à hora do almoço, o Zé disse-me:

– É bem verdade o que disseste... dos amigos! É o ditado «Bonga xitu makamba ma ku-tenene; bonga tuji makamba ma ku-lenga»³. E referiram-se ao Augusto com um termo que não apreendi mas cuja significação é «o que fala aqui, não fala ali» – isto é pessoa cínica e hipócrita. O Gregório que é do Mazozo fala um quimbundo com várias diferenças fonéticas do de Luanda.

Estava cá fora um rapaz do Zaire que fala só o kikongo e eles foram divertindo-se enganando-o com palavras de quimbundo e gozando, trocando o significado. Exemplo: 'nja (pénis) diziam que era comida e bem assim outros palavrões. Sundu (sexo de mulher) diziam-lhe que era panela da sopa. O rapaz ria e não percebia mas depois continuaram a conversar e às tantas já estavam sérios e só se ouvia o Gregório dizer, às palavras que ele lhe ia dizendo:

– É como nós!... É como nós!

Quer dizer: pouco a pouco foi aparecendo a raiz comum do kikongo e kimbundu e estavam identificando-se... (o rapaz do Zaire sofre de 'mbumbi (em kimbundo – hérnia) e o GAN disse-me por sinais que ainda estava maluco das pancadas por isso os outros faziam-lhe pouco...). Uma vez que ia a passar fizeram-me parar para me perguntarem se sabia o que era:

– Sonia o uta!

E como eu respondi, o kikongo disse-me a sorrir:

– No kikongo é o mesmo. Diz-se:

– Koma o uta!

E eu respondi:

– Isso é para fazer em todas as línguas até em português!

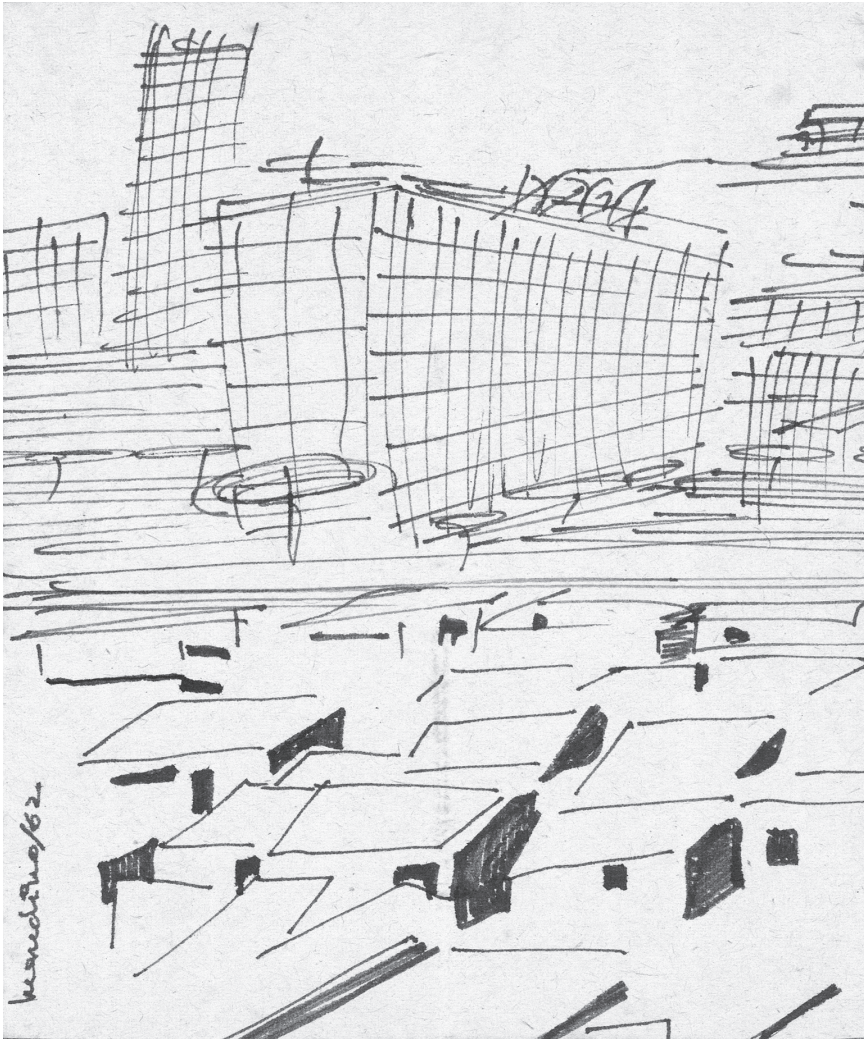
³ N.A. – [«*Apanha carne não te faltam amigos; apanha merda os amigos fogem de ti*»].

Papéis da Prisão

Sonia o uta! = carrega a espingarda!

*

Foi isto o mais importante do passeio de hoje.



=

21-10-62

José dos Santos Kazakanga

(como eles dizem e que deve ser Kasakambe)

*

Soube pelo Gregório que [*José dos Santos Kazakanga*] já tinha saído mas só hoje explicou que, anteontem à noite, ao jantar ele estava na cela e de manhã quando foram fazer a limpeza já não estava. Saiu, fizeram-no sair à noite, sem ninguém ver, sem ninguém dar por isso.

É de S[ão] Salvador de onde chegou em Jan[eiro] 61 [1962]. Vi-o chegar, vinha já muito espancado e descalço, com uma camisa de popelina da tropa. Uns dias depois vi que o recolhiam depois de um interrogatório – o corpo todo inchado de pancadas, a cara sem se poderem distinguir as feições, os olhos completamente fechados do inchaço, a camisa cheia de sangue. Não andava, parecia não ter controle sobre os músculos. De cada vez que o agente o empurrava três/4 passos cambaleantes e descontrolados e depois ficava parado com aquele ar de ausente, de estátua, que lhe conheci sempre nos meses seguintes, quando começaram a pô-lo a tomar ar. Foi interrogado sempre pelo Lontrão⁴. Viveu numa cela com outro kikongo Pedro..., conhecido por Pedro VIII, Rei do Congo, que está maluco. Durante o recreio ouvimo-lo repetidas vezes falar alto de coisas desconexas e chamamos-lhe o «Emissora Oficial» porque parece que está a transmitir e fala sempre de ministros, governadores, presidentes da república etc.

Um dia os 2 saíram mais bem vestidos e limpos, mas o Kaza[kanga] sempre com o seu ar abstracto. Devem ter ido ao R. Teixeira⁵. O D. Pedro é que tomava conta dele. Mais tarde, dando indícios de melhoras, isto é deixando o mutismo e o imobilismo puseram-no numa cela sozinho e começou a passar o dia ao ar livre para recuperar. Foi autorizado a ter a visita da mulher, nova, baixa e forte. Fazia impressão aquelas visitas em que ambos se olhavam durante ½ hora sem dizer uma palavra.

Uma vez o Waldemar disse que estava cá um preso que era um «homem»: há cinco meses a levar porrada e nem uma palavra! – era ele. Devia tratar-se de alguém importante para eles porque o homem às vezes, no recreio, puxava da carteira e víamos fotografias de grupos

⁴ N.E. – Francisco Bartolomeu da Costa Lontrão, inspetor da PIDE, Angola.

⁵ N.E. – Filipe Gualberto dos Reis Teixeira, inspetor adjunto da PIDE, Angola.

de homens como se fossem congressistas etc. e um dia vi mesmo ele ler uma carta escrita em caracteres que me pareceram hebraicos mas que podiam ser também árabes.

Num dos dias em que o vi mais activo e lúcido, pediu a tesoura ao Viriato, cortou as unhas e consegui ouvir dizer «obrigado» – fala um bom português quase sem sotaque e vê-se que está habituado a falar em público e a ditar, porque houve um dia em que o ouvi ditar uma carta para alguém em Leopoldville⁶ que o A. Barros ia dactilografando e que ele depois foi mostrar ao inspector que a autorizou a seguir para o destino.

*

Sentava-se no recreio, no passeio e assim ficava horas e horas, quieto, com os olhos fixos num ponto distante; depois punha-se de pé e assim ficava outro tanto tempo; levantava-se e ia urinar no canto do muro, ia lavar as mãos, sentava-se e assim passava o dia.

*

Para onde o terão levado? Baía⁷? Não quero acreditar que o tenham assassinado pelo facto de terem estado 4 meses a «recuperá-lo». Mas talvez o tenham feito para ver se falava. Talvez não tenha dito nada e eles acharam que o melhor era fazê-lo «fugir». Quem sabe? Talvez esteja vivo, o tenham levado para qualquer sítio. Talvez um dia nos encontremos e possamos recordar a tarde de domingo em que ele sorriu (a 1.^a vez que o vi sorrir) brincando com o Xexe.

Talvez...

*

Domingos António Cadete – discípulo de A[*gostinho*] Neto, foi para a cadeia da Administração;

Mateus Saldanha – marfiteiro do Zaire, saiu em liberdade;

Marcelino – saiu em liberdade;

Garcia Matondo – soldado I⁸, foi para a cadeia da Administração;

André «O Bailundo» – foi para a cadeia da Adm. – parecia estúpido. Não me esqueço do seu sorriso e da inteligência que havia nos seus olhos no dia em que, perante todos os quimbundos que faziam pouco dele, consegui baralhá-los todos com o truque do fio; aparecia sempre às refeições e dizia «owawa» (água).

⁶ N.E. – Atual Kinshasa, capital da República Democrática do Congo.

⁷ N.E. – Prisão na Baía dos Tigres.

⁸ N.A. – Soldado Indígena.

*

Adão Domingos: de Caxito (segundo o que me contou o exército é que o mandou para a cadeia – o tio dele era chefe do grupo de resistentes numa sanzala de Caxito e um dia estava reunido com 35 no meio do capim, ele foi «contar» no Capitão Mendonça que chegou lá com os soldados e matou todos. E no fim ainda lhe prenderam e trouxeram na Pide...

*

Miguel Alexandre: «– Já fui na justiça» – (ir ao interrogatório) «– só falta receber a pena» (passar para a cadeia da Administração) – saiu em liberdade.

«Está sempre a chorar e só chegou agora. Não come, não quer beber, parece é mulher só a chorar» – opinião sobre um branco que esteve na B.

«Deus é pai, não é padrasto» – quando dizia que ia sair qualquer dia...

=

«Manifesto» (!?) do «cigano» da B – que tem um ar e olhar desvairados...

Um grito no Sul

II

São por excelência verdadeiros patriotas. Presume-se.

Sentados à roda das mesas dos cafés, sonham encontrar-se no meio das matas, a cumprir a odisseia cinéfila do «Mata-Sete».

Cruzes! Canhoto! Não chegues nunca, sonho, a produzir a fatal realidade, porque curtir-se-iam para sempre aquelas línguas impregnadas de novelas pitorescas de Emílio Salgari. É tão fácil tirar a cauda pela boca a um leão vivo...

Mas que diabo!... isto é um grito no Norte e não no Sul.

Ah! Falávamos de patriotas, dos verdadeiros patriotas, homens inculcados de todo o heroísmo, terror dos terroristas.

E por falar dos terroristas. Que tal a Fonte Luminosa cá do burgo? Uma das sete maravilhas do fracasso humano! São as outras: O Caraculo, os Minérios, as Hortas, o Quipola, os Passeios e a verdadeira Estátua dos Colonos.

Mas cala-te boca, porque sabes o que proclamam os patriotas: «o movimento não se coaduna a insignificâncias». «Às armas», só «Às armas»! Coxos, aleijados, paralíticos, cegos, tuberculosos,

cancerosos, do Norte, Sul, Este e Oeste, levantai se puderdes levantar o vosso braço e gritai: «Às armas!»

Mas que diabo!... aquela Fonte Luminosa...

Ass. José da Silva Fraga (pseudónimo de Eduardo Brazão)⁹

=

22-10-62

D. Pedro VIII – Emissora Oficial – Saiu com o Kazakanga.

*

23-10-62

O Gregório foi para o «funji» (Administração) por causa do Costa.

*

27-10-62

Durante cerca de três dias, um rapaz de 17/18 anos, gemeu e chorou na cela (3) pedindo para o tratarem. Eram tantas dores que os gritos e gemidos se ouviam na nossa cela. No recreio de ontem soube pelo GAN que tinha sido agredido pelo Vítor com joelhadas e pontapés nos testículos. Conforme ouvi o Caxias dizer ao Inspector (o que provocou o riso deste) o rapaz tinha os testículos inchadíssimos. Hoje de manhã o AB falou de hérnia. O Caxias para se «desculpar» e fazer o papel de «bom» que gosta de fazer quando nos vê disse em voz excessivamente alta:

– Já se chamou o médico... mas todos os médicos são assim... vêm devagar, deve estar a dormir.

Isto ontem, o moço geme desde anteontem e ontem à noite ainda o ouvi gemer mas já sem muitas forças. Para iludir a dor às vezes cantava canções que mais pareciam choros.

Soube pelo Zé João que o Augusto (Mamas Caídas) mais o Marinheiro (Domingos) foram ontem transferidos não se sabe para onde. Fizeram a chamada, e sem mais explicações meteram-nos no jeep... Foram seis.

*

02-11-62

– Este é o 4.º caso de loucura que dou conta desde que cá estou (1.º Kinjo; 2.º Godfrey; 3.º D. Pedro VIII). Entrou na sexta-feira – 26 – e ouvi o Caxias perguntar-lhe o nome, etc. Trabalhava na Textang onde

⁹ N.A. – Este texto é uma cópia do original destruído na cadeia.

era operário. Dizem aqui que já vinha maluco lá de fora mas só me lembro de começar a falar alto, cantar e refilar com os guardas no sábado de manhã, quando o foram buscar para o banho e ele se negou, chamando a todos os guardas «terroristas», nome que durante todo o tempo até à saída não deixou de lhes chamar, muitas vezes com asneiras.

Cantava canções em kimbundo, rocks, canções afro-cubanas e assobiava. Fazia contínuas chamadas pelo pai, mulher e padre Manuel e padre Inácio. No domingo, toda a manhã bateu, pedindo que o deixassem tomar banho para ir comungar. O Caxias disse que ia lá mas é dar-lhe uma carga de porrada.

Segundo descrição do Raul, logo quando chegou foi recebido a pontapé e chicote, tendo de o amarrar e algemar para o levarem para a cela. Inclusivamente fez fugir o PSP da metralhadora.

Saiu na segunda – 29 – e na verdade estava maluco. Tinha a boca torcida num riso idiota que soltava de vez em quando, descalço, cantava. Os guardas diziam para ele se calçar e ir para casa e ele não aceitava. Acabou depois por serenar e puseram-no na rua... Durante os dias em que aqui estive não comi nada. Falava sempre, cantava e referia constantemente o nome de Rui Romano, como bom cantor, porque era bom tocoísta¹⁰.

Algumas frases:

– Terroristas são lixados! Poça! Beber na caneca? Tragam copo!
– Quero leite! Beber café assim? Isso é bom para os terroristas!
– Teclas! Teclas! Rui Romano, canta! Rui Romano, tocoísta como eu!

– Avisem a minha mulher para arranjar a cama!
– Avisem o meu pai! Terroristas de merda!
– Ih! Estes terroristas! Olha só! Na casa de banho deles não tem sabonete! Terroristas, toma banho com creolina!
– E agora limpo-me adonde?
– Limpa os cornos à parede (resposta do Raul).

*

– O Gregório 5m foi para o outro lado onde os outros chamam «o funji».

Já soube que devido à sua excepcional simpatia e habilidade é agora cozinheiro. (Aqui era pedreiro, lavadeiro, etc.).

¹⁰ N.E. – Membro do grupo religioso messiânico fundado por Simão Toco.

Disse o Lontrão ao Cela E que ele era um dos assaltantes da cadeia¹¹, o que não custava a acreditar pois eram daquela região. Que nunca lhe conseguiram nenhuma confissão mas que tinham provas que era ele. «Apanhou» 4 anos!

*

«Ir na justiça» – ser interrogado, espancado e fazer processo, no chefe.

«Ir receber pena» – passar para a cadeia da administração.

Isto segundo o Miguel Alexandre.

*

– Entrou uma grande leva de presos, vindos de Beça Monteiro¹². Alguns a K. viu-os eram aqueles velhotes todos. São só velhos, mulheres e crianças! (Os novos não os apanham e se apanham, matam.)

Em cada grupo para identificação só um geralmente sabe (!) português e é intérprete. Os outros não sabem (!). Ler e escrever, ninguém! O Waldemar pergunta pela profissão e dão a resposta: «trabalhar com a catana». Talvez escreva «trabalhador agrícola», talvez escreva «terrorista». Mas o que escreve, que eu vi, é: «motivo da prisão: actividades subversivas contra a segurança exterior do Estado»!

*

Mulheres, velhos, crianças nuas e raquíticas e velhos como os que viste!

*

08-11-62

Ontem saiu para a liberdade o Silvestre, lunda-quioco que esteve aqui 3 meses por andar sem guia¹³... Foi à hora do recreio e vi lágrimas nos olhos dele. Fez um grande adeus à porta e saiu.

*

A história do Zé João, segundo ele próprio:

Soldado condutor auto no GMA, transferido para o BCM. Dali transferiram-no para os Dragões de Silva Porto. Aí conheceu uma rapariga que andava estudar, começou-lhe namorar e depois «estragou» a rapariga como ele diz. A família queixou-se ao comandante, veio a descobrir-se que ele é casado com mulher e 2 filhos em Luanda.

¹¹ N.A. – Uma das cadeias atacadas a 4 de Fevereiro de 1961, início da luta armada.

¹² N.E. – Bessa Monteiro, nome colonial de Kindege.

¹³ N.A. – Documento administrativo necessário para as deslocações.

Portanto pela lei teria de ir cumprir uns anos ao Forte Roçadas¹⁴! Mas o comandante que era amigo dele transferiu-o para Salazar¹⁵, dizendo à família da moça que já tinha sido julgado e condenado para o Roçadas! De Salazar mandaram-no para aqui, onde vai acabar de cumprir essa pena... que não sabe quanto tempo é. Depende da vontade do comandante...

Nem tudo deve bater certo nesta história. Zé João é um rapaz da cidade que tem já todos os truques e manias dos «civilizados»... Faz uns recados para nós, mas o Godfrey avisou para não usarmos mais, para o boicotar, porque se aliou ao Augusto Benge Simão (sobrinho do Simão Toko) que é o chefe da caserna 2 e informador destes cães; segundo o GNA foram os dois fazer queixa ao sub[-*director Reis Teixeira*] porque o God[*frey*] recebia leite e fruta e não dava – o Augusto é um invejoso. Segundo o Zé João, tudo é manobra do Augusto, que queixou que ele Zé João é que recebia as coisas para o Godfrey e que lhe vai «partir os cornos»...

Esperamos entretanto a informação do Godfrey que hoje não teve passeio à mesma hora que nós, o que talvez seja indício de verdade da queixa do Augusto.

*

Anda cá fora no serviço um moço, natural de Luanda, da Samba Grande, a que chamam «Pescador» e que diz me conhece muito bem...

*

14-12-62

Agora andam cá fora o Xico, natural da Kibala que passa o dia a cantar e a gabar a terra dele, comparando-a com a dos outros, mostrando a superioridade duma terra onde há tudo para comer (até farinha de trigo!). Em especial as discussões são com o Pedro, católico de fio e medalha ao pescoço, natural do Ambrizete¹⁶ (kikongo) e que é o bode expiatório dos 3 de língua quimbundo – Xico, Cristóvão e Pescador. O Cristóvão é da Barra do Dande, pouco acessível por isso mesmo talvez muito consciente. Sabe ler e escrever (3.^a classe) e ensina o 121 de quem é amigo. É um grande contador de histórias, dançarino etc. e, num dia, esteve mimando o 121 com uma vassoura e um bivaque,

¹⁴ N.E. – Povoação fortificada no extremo sul de Angola onde existia um depósito penal.

¹⁵ N.E. – Vila Salazar, nome colonial de Dalatando.

¹⁶ N.E. – Ambrizete, nome colonial de N'zeto.

gozando-lhe as botas e os calos. Há sempre risos quando ele fala. Connosco não dá confiança... e tem sido difícil obter qualquer coisa dele. Refila sempre que o chamam para fazer serviço.

O Pescador é do Mussulu mas estava morar na Samba, de que gosta mais, diz ele. Que está aqui porque não quis mais trabalhar para o patrão do Mussulu (Carlos Alberto) e então «ele pôs-lhe um falso» e prenderam-no. Que já «foi na justiça» 3 vezes mas não sabe quando vai sair.

O Pedro está pouco à vontade com eles porque, devido à educação religiosa, tem um procedimento mais «rigoroso». Hoje gozaram-no porque andava a regar o jardim de casaco (só o vejo de camisola interior, se calhar não tem camisas). Parece ser um homem muito exigente quanto a comportamento...

*

Estão cá os irmãos Martins Duarte (tinham Volvos) e os seus 2 chauffeurs por andarem a traficar com os nacionalistas. Deve ser grave porque havendo celas vazias cá atrás não os mudam, como é costume. Além disso um dos choferes, mulato, está na 1 a pior cela da cadeia, o que é sintomático.

*

Hoje no recreio da manhã vi a fila de mães sentadas lá fora trazendo as coisas. Fazem-nas esperar toda a manhã, as coisas são despejadas pelo chão para serem vistoriadas. À porta os guardas vão metendo conversa com as moças e fazendo convites. E elas riem.

*

16-12-62

Tenho estado a pensar no 121, guarda auxiliar da PSP (António Manuel da Silva), e o significado de todas as contradições que representa e que os factos que se passam com ele bem mostram. Mas como são já tantos desde o início, que as guardo na memória e um dia [...] irei recapitulando, contando, talvez mesmo descobrindo coisas que não vi... e quem sabe se não dará um trabalho – «O coitado cipaio 121» – em vez de «O valente soldado Schweik»¹⁷...

*

Não sei se disse numa carta que foi a 1.^a pessoa que, nesta cadeia, teve para comigo um acto de humanidade! Quando me veio dar 1 cobertor que, de motu próprio, arranjou...

¹⁷ N.E. – Jaroslav Hasek, *O Valente Soldado Chveik*. Lisboa: Publicações Europa-América, [1962].

*

Quando saí do hospital, mostrou-me uma alegria que não escondeu, correndo a estender-me a mão, apertando-a calorosamente...

*

Preciso de colher informações sobre o estado económico dele (habitação/ ordenado/ etc.).

121 – casa/ comida/ família/ ordenado etc.

*

28-12-62

Há dias sucedeu algo que veio pôr a descoberto a falsa ideia enraizada de que «todo o negro é um nacionalista» e o sentimento de solidariedade imediata para com todo o indivíduo que seja preso e trazido para esta cadeia. Ora é necessário sempre saber, ter os dados se não os necessários pelo menos os suficientes para se avaliar do indivíduo e motivos de prisão para evitar que por excesso de sentimentalismo se vá beneficiar (...) quem o não mereça – mas sobretudo para ter sempre o hábito de não agir por instinto, a crença na espontaneidade...

Em frente à cela, na 7, meteram um moço. Durante 4 dias ali estive sem espreitar. Um dia ouvi o 121 a dar-lhe um soco (ele estava já bêbado, foi na véspera do Natal). No dia de Natal, senti-o chorar. Fui ao postigo e ele estava a espreitar. Disse-lhe para ter calma, respondeu-me que «não fiz nada», «estou só preso» etc. etc. Perguntei-lhe se tinha família em Luanda. Tinha, morava no Rangel. Disse-lhe que lhe ia mandar cigarros. Falei ao Xico e ele disse que sim que levava no 7, mas notei uma ligeira resistência. Preparei os cigarros e os fósforos e às 6 horas quando o moço estava novamente a espreitar, oiço a voz do Xico a ralar

– Qu'ê você estás a fazer aí?

– Tens nada?

– Como é que você subiste?

– Subi na cama?

– E quem te deu ordem? – voz ríspida, com inimizade mesmo

– Espera aí vou-te contar no agente...

e desapareceu, fingindo que ia queixar...

Quando lhe dei os cigarros para lhe entregar recebeu com os olhos baixos, eu percebi qualquer coisa e acrescentei:

– É Natal!

O Xico saiu e logo a seguir vem o «Pescador» xingar outra vez o moço:

– Pois é, é você que queixou o outro, seu f. da p.

Percebi que o «Pescador» falava para eu ouvir e cheguei ao postigo. Continuou:

– Queixaste o outro que andava fumar liamba, não é?

– Ih! Eu queixei alguém?

Depois falou comigo. Disse-me que «esse gajo» tinha queixado os outros que estavam aí presos e que ele só tinha ficado porque não tinha documentos. Percebi então a relutância do Xico em lhe dar os cigarros. Quando o apanhei a jeito, falei-lhe:

– O gajo queixou?

– Queixou, menino. É um sacana.

– Bem, tens os cigarros. Se quiseres entregar entregas. Se não quiseres fica com eles. Lembra só o rapaz está a chorar e é Natal...

Até hoje não sei se lhe entregou se não. E não sei se devia entregar se não.

*

(Saber condições vida – 121)

*

30-12-62

Excertos de uma carta de GAN «Os s/ amigos, você e à mãezinha são pessoas importantes na história da m/ vida... Não gosto da maneira que Waldemar olha a mãezinha nem tampouco o desdentado [Velho Burro – M.N.]... e essa maneira de olhar alguém há-de pagar um dia. Tenho a mesma raiva quando um filho da P. grande [Sabino¹⁸] pegou as mãos de Xexe num momento que estive no 17, tu lemberas pois não? Eu sei que tu vai me tratar por não civilizado (ciúme dos pretos) ou uma coisa parecida mas não me importo de tais tratamentos da sua parte porque já fui tratado pior que isso. Disseste para não gastar o dinheiro, ouve cá! Amigo eu tenho tanto respeito e medo por mãezinha. Medo! Respeito! Medo! Coisas em confusão. Veja só: porque quando ela chega a esta casa eu tenho de estar no meu posto de observação. Os seus amigos fizeram aquilo [roupas etc.] por própria vontade ou foi a pressão de ti e da mãezinha? Diga a mãezinha que eu tenho medo de gastar o dinheiro e mesmo já não preciso nada, peça-a apenas de não deixar de olhar para n.º 8, em contas chinesas, quer dizer da direita para a esquerda. Estou forte por causa dela, se não fosse ela ai de mim.

¹⁸ N.E. – Joaquim Pirraça Sabino, subinspetor da PIDE, Angola.

Muitos cumprimentos a General (Xexe) e a mãezinha...

Abraços de seu amigo – Ndjangaladi»

– [Os sublinhados e obs. são meus]

*

02-01-63

A propósito do 121. A despeito de se tratar «legalmente» de um guarda-auxiliar da PSP com certos direitos de jure (por ex. habita uma casa que lhe foi distribuída num bairro da polícia, para os polícias negros) aqui tratam-no como contínuo, como criado mesmo. O Lontrão fá-lo lavar o carro 2 vezes por semana, os agentes mandam-no em recados de toda a espécie e os presos brancos usam-no como moço de recados com a conivência dos guardas. Estando os presos brancos dependentes das famílias e os presos negros entregues ao seu destino sem qualquer preocupação pelos seus direitos mínimos de homens, não há aqui um serviço de compras para os presos, como em outras cadeias. Daí a utilização do 121... Desde a compra do jornal logo de manhã, às idas ao correio, à papelaria, etc. etc., durante os dias festivos foi usado (e é) na compra das bebidas. Sem qualquer contemplação pelo homem e respeito pelo favor que fazia, obrigavam-no a sair de cada vez que um preso queria qualquer coisa. O que fez com que ele, ontem, durante o dia, não parasse um minuto. Já no dia anterior tinha havido um princípio de maka quando o Barros quis que, depois das 8 da noite quando entrou o turno do Raul, ele fosse buscar-lhe cerveja. Recusou-se, que o serviço dele já tinha acabado etc.

De manhã (01-01-1963) ouvi as queixas do Barros e Raul acompanhadas dos habituais insultos ao filho da p. do negro, quem julga ele que é, parto-lhe os cornos, etc. etc. (O Barros pensa que os presos negros são criados dele, mantendo a típica mentalidade e comportamento colonialista, mesmo dentro da prisão, em que à face da lei (!?) as situações são idênticas). Ontem, durante o dia, ainda o 121 andou cá e lá, comprando coisas. Porém a coisa chegou ao máximo às 7 e ½ da noite, hora a que ele cá está apenas para «vigiar» a distribuição da comida. Ouvi-o junto do lava-loiça, soletrando no livro em que anda a aprender a ler com a ajuda do Cristóvão. Estava a estudar desde as 6 horas. A essa hora exactamente o Amaral chamou o Raul para lhe pedir se o 121 podia ir comprar uma lata de DDT porque tinha a cela cheia de mosquitos. O 121 foi devagar, até à cela. Chegou lá ouviu o recado sem dizer nada e depois calmamente disse:

– Olha sô Raul, já estou cansado. Não vou! Todo o dia a fazer trabalho de criado e nesta hora mesmo é que lembra essas coisas. Não vou. Virou-lhes as costas sem mais palavras, o Raul disse qualquer coisa que não percebi e ele respondeu parando:

– Pode-me dar porrada, pode-me dar porrada, mas não vou.

O Amaral parece que compreendeu e não disse mais nada. O Raul afastou-se a assobiar, porque não há nada que o possa chatear. E eu fiquei admirado com o 121, pois nunca julguei que pudesse ainda ter o mais pequeno gesto de rebeldia, quando todos aqui lhe dão pontapés, cachações (Waldemar) lhe chamam gorila e orangotango (Caxias) e cornu (Caxias (o que já deu origem a ele estar separado da mulher durante as primeiras semanas do nascimento do filho dele, porque como é natural não nasceu logo muito preto e o Caxias convenceu-o [de] que o filho era mulato e portanto não era dele)) [* esta história tenho de a escrever mais detalhadamente].

*